

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

SHEYLA ALVES XAVIER

Pedagoga, Mestra em Educação e docente do curso de Pedagogia do Grupo Ser Educacional.

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o objetivo de apresentar a organização do sistema de da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife (PCR), delineando os serviços de apoio à escolarização dos alunos com deficiência. O conhecimento dessa realidade nos permitiu compreender como as práticas pedagógicas voltadas aos alunos com deficiência têm se constituído em instituições de ensino públicas. Esses dados foram provenientes de pesquisa maior que teve como objetivo caracterizar a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife.

A Política de Ensino da Rede Municipal de Recife (2015), assume estar alicerçada em uma concepção democrática de educação, apontando como principal objetivo valorizar as diferenças e oportunizar a participação efetiva de todos os alunos no processo educativo. Vale destacar que o referido documento institui, em sua organização, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, em sintonia com as orientações presentes nas políticas nacionais e internacionais. De acordo com ele, o AEE prevê a oferta de [...] serviços e recursos da educação especial que busca assegurar condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, serviços e equipamentos, formas de comunicação e informação e nas demais atividades realizadas no contexto escolar (RECIFE, 2015, p. 200).

A Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) também dispõe de um documento norteador da política educacional intitulado como Educação Inclusiva: Múltiplos Olhares e Tecnologias na Educação (2015), cujo objetivo é apresentar orientações técnicas específicas e instruções normativas no que se refere à educação inclusiva. Apesar de trazer em sua discussão teórica os princípios da inclusão escolar como sendo o caminho para a oferta de uma educação de qualidade para todos os alunos, independente da sua raça, gênero, sexualidade, entre outros aspectos que os diversificam, este documento se aprofunda e prioriza o debate sobre a educação de pessoas com deficiência.

A Cidade do Recife é organizada em seis Regiões Político-Administrativas (RPAs), que abrigam 1.637.834 habitantes, segundo o IBGE (2018). A Cidade possui 309 unidades de ensino que estão sob a responsabilidade da Rede Municipal de Ensino do Recife. Essas escolas atendem 91.619 alunos na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Educação de Jovens e Adultos, além dos programas

de correção de fluxo do ensino fundamental: “Acelera”, “Se Liga” e “Travessia”.

A partir de decretos e leis que norteiam as políticas públicas para pessoas com deficiência no município, chegamos à estrutura organizativa atual, onde a Educação Especial passa a ser de responsabilidade da Divisão de Educação Especial, estando ligada à Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica, da Secretaria de Educação do Recife

2. METODOLOGIA

Para conhecer a organização do sistema da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife foi realizada uma Análise Documental de formulários quantitativos e descritivos disponibilizados pela Secretaria de Educação da Cidade do Recife. Segundo os estudos de Ludke e André (1986) a análise documental permite fazer uma análise qualitativa de um fenômeno através de dados extraídos de documentos que ainda não foram tratados de forma científica.

3. RESULTADOS OU CONCLUSÕES

Em 2018, a Rede Municipal de Ensino do Recife apresentava um baixo quantitativo de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando comparado ao número elevado de alunos com deficiência matriculados em suas escolas. Além disso, das 121 Salas de Recursos Multifuncionais disponíveis, 115 estão em Unidades Educacionais, 2 em espaços conveniados, 1 em unidade de ensino técnico e 3 em creches e CMEIS, o que, a princípio, acreditamos que não atende às necessidades educacionais desse alunado.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) prestado ao longo de todo o processo de escolarização, está articulado com a Política de Ensino da Rede e com o Projeto Político Pedagógico da unidade educacional. O AEE deve observar as peculiaridades de cada estudante, sua história de vida, sua individualidade, seus interesses, habilidades, dificuldades e diferenças, para poder elaborar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que proporcione 85 sua participação efetiva e aprendizagem nas atividades escolares (RECIFE, 2015).

O compromisso com a educação desse público implica uma política de contratação de profissionais que venham reorganizar a estrutura de acesso e permanência dos alunos na Rede

Municipal do Recife. Com o contingente de professores de AEE existente nas escolas, como observado nos dados oficiais da PCR em 2018, é muito difícil para esses profissionais realizar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que proporcione, de fato, a inclusão escolar desse alunado.

O PDI é uma estratégia pedagógica importante quando pensamos na diversidade dos alunos presentes nas salas de aula, pois uma escola que se compromete com o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos não pode ignorar as demandas específicas de cada um, de modo a garantir a equidade de oportunidades entre todos os alunos. Tannus-Valadão e Mendes nos dizem que o PDI tem uma grande importância na formação dos alunos com deficiência na escola, uma vez que ele

[...] quebra a barreira do padrão, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante público alvo da educação especial, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem (TANNUS-VALADÃO; MENDES, 2018, p. 6).

Com relação ao Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), percebemos que a Política de Educação Inclusiva do Recife (2015) não se distancia das propostas de políticas dessa modalidade da educação em âmbito nacional. Nesse sentido, a Prefeitura do Recife se compromete em oferecer, além do AEE na SRM, outros recursos e 86 serviços para viabilizar a escolarização de alunos com deficiência, como os Núcleos de Atendimento Especializado, que visam o desenvolvimento de atividades pedagógicas junto aos alunos com altas habilidades/superdotação, os Núcleos de Educação para o Trabalho, que busca incentivar e preparar os estudantes para a inclusão profissional; o Núcleo de Surdocegueira e Deficiências Múltiplas, bem como o Programa de Transporte Escolar Inclusivo.

Sabemos que existem discrepâncias entre as propostas dos serviços acima declarado e o vivido pela comunidade escolar diariamente, sendo o principal desafio prover condições reais de desenvolvimento para todos os alunos, não só no campo administrativo, mas também no campo das práticas pedagógicas na escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Política Educacional

REFERÊNCIAS

TANNUS-VALADAO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado**: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2019.

RECIFE, Política de Ensino da Rede Municipal de. **Educação Inclusiva: Múltiplos Olhares**. Recife: Secretaria de Educação, 2015.

_____. Secretaria de Juventude e Qualificação Profissional. Instrução normativa nº 03, de 08 de janeiro de 2016. **Regulamenta os procedimentos de manutenção de bolsas e de emissão de Termos Aditivos ou de Adesão do Prouni Recife**. Disponível em . Acesso em: 9 fev. 2018.